

Reunião de chanceleres do G20 terá guerras em pauta

Encontro ministerial no Rio de Janeiro será o primeiro sob presidência brasileira

Camila Zarur

Raio-X do G20

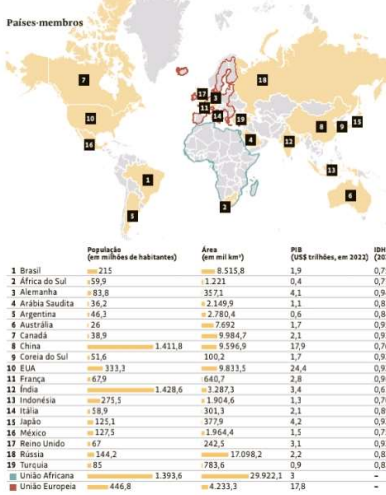
RIO DE JANEIRO O Brasil sediará nesta semana a primeira reunião ministerial do G20 sob sua presidência. O encontro, que reunirá os chefes das diplomacias das maiores economias do mundo, acontecerá nesta quarta (21) e quinta-feira (22) na Marina da Glória, zona sul do Rio de Janeiro. No foco dessa primeira reunião estão as guerras entre o Hamas e Rússia-Ucrânia, além da reforma dos organismos internacionais, como ONU, OMC (Organização Mundial do Comércio) e bancos multilaterais.

O G20, abreviação para Grupo dos Vinte, reúne 19 países e dois blocos econômicos que juntos, representam cerca de 85% do PIB mundial, 75% do comércio internacional e dois terços da população do planeta. É a primeira vez que o Brasil ocupa a presidência do fórum.

Neste encontro, os chanceleres do G20 vão se reunir na primeira reunião ministerial da Trilha Sherpa. Isso significa que membros do alto escalão da política externa de cada país vão participar de reuniões para discutir negociações e os pontos que vão formar a agenda oficial da cúpula. É uma reunião só de debates, não tem caráter decisório nem vai produzir algum texto conclusivo para a cúpula. No entanto, é o que vai direcionar a pauta das conversas.

A Trilha Sherpa, cujo nome faz referência a uma esquiadora japonesa que guia alpinistas ao cume do Monte Everest, quem aponta a direção das discussões e acordos até o encontro mais importante do G20: a cúpula dos chefes de Estado e de governo, marcada para novembro. Atualmente, fazem parte do grupo África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, União Europeia e União Africana — esta última se tornou membro do G20 em 2023.

As três prioridades da presidência brasileira no G20 tam-



*Com data permanente. Fonte: Banco Mundial, PIB do G20 e G20

bém devem ser incluídas nas conversas: além da reforma da governança internacional, há o combate à fome, pobreza e desigualdade e as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental).

Ao menos 12 chanceleres já estão confirmados no encontro. Entre eles, o secretário de Estado americano, Antony Blinken, e o ministro de Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov.

Antes do encontro do G20, o chefe da diplomacia dos Estados Unidos irá à Brasília para uma reunião com o presidente Lula (PT). Eles devem discutir a parceria entre os dois países pelos direitos dos trabalhadores, a cooperação na transição para a energia limpa e as comemorações do bicentário das relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos.

Na o chanceler russo deve ter uma reunião bilateral com Mauro Vieira durante o encontro no Rio. Antes, Lavrov passará por Cuba, nesta segunda (20), e pela Venezuela, na terça (21), para se reunir com os líderes dos dois países — respectivamente, Miguel Díaz-Canel e o ditador Nicolás Maduro.

Blinken e Lavrov vão participar do encontro do G20 em um momento em que as relações entre Estados Unidos e Rússia estão bastante tensionadas. Além da guerra na Ucrânia, na qual o país americano tomou partido do presidente ucraniano, Volodymyr Zelenskyy, as tensões se elevaram na semana passada por conta da morte do líder opositor russo Alexei Navalny. Lula, que se coloca como voz moderadora nas discussões de política externa, evitou atribuir qualquer acusação ao presidente russo, Vladimir Putin, pela morte de Navalny. Na mesma ocasião, o presidente brasileiro também se esquivou de comentar as denúncias recentes à Venezuela, como as prisões de opositores a Maduro e a expulsão de gabinete do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos no país. Esse assunto deve ser abordado durante a reunião do G20.

O encontro dos chanceleres acontece também na esteira das declarações de Lula a respeito da guerra em Gaza. Ele comparou os ataques de Israel ao território palestino ao Holocausto nazista. A fala gerou reação do governo de Benjamin Netanyahu, que declarou o líder brasileiro pessoa non grata.

A guerra na Faixa de Gaza, iniciada em outubro passado após um ataque terrorista do Hamas que deixou cerca de 1.200 mortos em Israel, está no centro do debate da reforma da governança global. Há críticas do governo Lula sobre a baixa influência e a

falta de efetividade do Conselho de Segurança da ONU na mediação de conflitos internacionais.

O pedido de um cessar-fogo humanitário entre as forças israelenses e o Hamas foi vetado nas resoluções do colegiado reiteradamente desde o início do conflito. Uma das propostas foi feita pelo Brasil, mas foi rejeitada pelos Estados Unidos. Como Washington é membro permanente do conselho, ela tem direito a veto mesmo que haja adesão dos demais países.

Israel não é membro do G20, mas tem dentro do grupo grandes aliados como EUA, França, Reino Unido e Alemanha —destes, só o Brasil não tem poder de veto no Conselho de Segurança.

Embora o Grupo dos Vinte não tenha poder decisório oficial, ele tem capacidade de pautar o debate entre os países. É justamente para isso que as nações e blocos econômicos se encontram anualmente. A ideia é que, a partir dessas reuniões, possam surgir acordos multilaterais e iniciativas econômicas, políticas e sociais.

O grupo se define como o principal fórum de cooperação econômica internacional, com "papel importante na formação e no fortalecimento da arquitetura e da governança global em todas as principais questões econômicas internacionais".

Há, porém, quatro países que já confirmaram que não vão mandar seus chanceleres para o encontro: São eles China, Índia, Itália e Austrália. Os primeiros são as ausências mais sentidas pelo Brasil, já que são integrantes importantes de blocos e parcerias estratégicas para o país.

A Índia justificou a ausência do chanceler Subrahmanya Jaishankar por ele ter outros compromissos internacionais no país, já o ministro chinês, Wang Yi, esteve em janeiro no Brasil para se reunir com o governo Lula. Fora os países membros do G20, também vão participar nações convidadas pelo Brasil, como Angola, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal e Singapura.

Além da Trilha Sherpa, dentro do G20 há também a Trilha de Finanças, que tem como finalidade debater os assuntos macroeconômicos estratégicos para os países do grupo. Ela é comandada pelos ministros das Finanças/Fazenda/Economia e pelos presidentes dos Bancos Centrais dos países do grupo.

A primeira reunião ministerial da Trilha de Finanças está marcada para os dias 26 e 27 de fevereiro, em São Paulo. Em paralelo às reuniões ministeriais, também são feitos encontros de grupos de trabalhos e equipes técnicas.

FOLHA EXPLICA

Entenda como funciona o grupo das maiores economias do mundo



RIO DE JANEIRO O Rio de Janeiro sediará nesta quarta (21) e quinta (22) a primeira reunião de nível ministerial do G20 no período em que o Brasil ocupa a presidência do grupo. Encontros entre negociadores dos países-membros ocorrem no país desde dezembro. Ao todo serão 135 reuniões, das quais 12 ministeriais. Todas elas são preparatórias para a Cúpula dos Chefes de Estado, a ser realizada em novembro, também no Rio de Janeiro.

O que é o G20?

É a abreviação de Grupo dos 20, que reúne os países com as maiores economias do mundo. Os Estados-membros se encontram anualmente para discutir iniciativas econômicas, políticas e sociais. O grupo

se define como o principal fórum de cooperação econômica internacional, com "papel importante na formação e no fortalecimento da arquitetura e da governança global em todas as principais questões econômicas internacionais".

Como surgiu?

O G20 foi fundado em 1999, após uma crise financeira na Ásia. O objetivo inicial do fórum era reunir ministros da Economia e presidentes de bancos centrais dos países-membros para discutir questões econômicas.

A partir de 2008, diante do crescimento da importância dos países emergentes na economia global e após a crise financeira global, as reuniões passaram a contar com a presença de chefes de Estado. Os temas também se tornaram mais amplos, incluindo tópicos como desenvolvimento sustentável, saúde, agricultura, energia e meio ambiente.

Como funciona o grupo?

A presidência do G20 é rotativa, e a cada ano um país

é-membro diferente é escolhido para liderar o grupo. O país em questão fica responsável por formular a agenda do grupo no período e serve de anfitrião para a cúpula do evento naquele ano, recebendo não só representantes dos demais integrantes do bloco como também os de nações convidadas. Por fim, o presidente do grupo define quais serão os temas debatidos durante o encontro.

O Brasil recebeu da Índia a presidência do grupo em 4º de dezembro de 2023 e chegará por um ano, quando passará o bastão para a África do Sul.

Como ocorrem os debates?

Estão previstas 135 reuniões virtuais e presenciais das grupos de trabalho e forças-tarefa que compõem o G20. As discussões são divididas em duas trilhas: Sherpa e Finanças.

A Trilha Sherpa é composta por emissários pessoais dos líderes do G20, que supervisionam as negociações, discutem os pontos que formam a agenda da cúpula e coordenam a maior parte do trabalho.

O coordenador desta trilha, indicado por Lula, é o embaixador Maurício Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty. A Trilha de Finanças trata de assuntos macroeconômicos estratégicos. A coordenadora da Trilha de Finanças é a economista e diplomata Tatiana Rosset, secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Quais são as principais reuniões?

O principal encontro é a Cúpula do G20, que tem como objetivo reunir todos os chefes de Estado do grupo. Está marcada para os dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro. A previsão é que ocorra no MAM (Museu de Arte Moderna).

Estão previstas outras 19 reuniões ministeriais antes da Cúpula de Chefes de Estado e governo. Elas ocorrerão majoritariamente no Rio de Janeiro, mas também, e São Paulo, Brasília, Fortaleza, Belém, Macaé, Salvador, Curitiba, Manaus, Foz de Iguaçu e Washington (Estados Unidos).

Após 2 semanas, El Salvador confirma reeleição de Bukele

SAN SALVADOR | AP O TSE (Tribunal Supremo Electoral) de El Salvador confirmou neste fim de semana, após duas semanas da votação nas urnas, a reeleição do presidente Nayib Bukele, com 84,6% dos votos.

Declararam-se eleitos presidente e vice-presidente da República de El Salvador o senhor Nayib Armando Bukele Ortez e o senhor Félix Ufilla, respectivamente, informou o TSE em ata que confirma os resultados da eleição, realizada no dia 4.

O presidente de direita, Bukele, impôs por uma agenda autoritária no país, começa o próximo mandato de cinco anos em 1º de junho. O candidato esquerdista Manuel Flores, ficou em segundo lugar, com 6,4% dos votos, enquanto Joel Sánchez, também de direita, obteve 3,57%.

A ata divulgada pelo TSE, em 2023, mostrou que Bukele, com 5,57%, obteve a